COMUNICADO SNQTB

N.º 12/2026

BANCA MANTÉM O HABITUAL IMOBILISMO NEGOCIAL E MANTÉM PROPOSTAS DE REVISÃO MINIMALISTAS

Importa fazer o ponto de situação quanto aos processos negociais relativos a 2025 e 2026, no que respeita à revisão do ACT do sector bancário.

Quanto a **2025**, recorde-se que **o SNQTB não aceitou a proposta de revisão de 2,5% dos salários e pensões** que outros sindicatos se precipitaram a aceder, tendo **proposto uma atualização de 2,9%,** de modo a promover uma justa e necessária recuperação do poder de compra dos bancários.

Dado que os Bancos recusaram essa proposta, o SNQTB requereu oportunamente a conciliação, junto da DGERT, de modo a procurar desbloquear este impasse negocial.

Todavia, os Bancos mantiveram a sua inaceitável intransigência, esquecendo os lucros recordistas que vêm registando e que persistem em não partilhar devidamente com os bancários no ativo e reformados. Aliás, em conformidade com o seu habitual imobilismo negocial, os Bancos recusaram a possibilidade de um acordo que abrangesse os anos de 2025 e 2026.

Nessa medida, será agora requerida a passagem à fase da mediação junto da DGERT quanto à revisão de 2025.

Quanto a **2026**, **o SNQTB apresentou uma proposta de atualização de 3,1% de salários, pensões e cláusulas pecuniárias**, com vista a salvaguardar a inflação estimada no corrente ano, bem como para continuar a promover a recuperação gradual do poder de compra dos trabalhadores e reformados bancários.

Para além desta proposta de revisão salarial, **o SNQTB apresentou igualmente algumas cláusulas inovadoras que pretende ver incluídas no ACT do sector bancário** e que poderão vir a ter um impacto muito positivo no rendimento disponível dos bancários, como seja, a previsão de um novo subsídio de arrendamento, num montante fixo mensal, face ao aumento significativo na procura da opção de arrendamento, para habitação própria e permanente, em alternativa à compra de casa própria.

Em resposta, os Bancos apresentaram como contrapartida negocial uma atualização salarial, de pensões e de cláusulas pecuniárias, de apenas 2%, tendo recusado, *por atacado*, todas as propostas de revisão de clausulado.

COMUNICADO SNQTB

O SNQTB considera esta proposta absolutamente inadmissível para o SNQTB, num quadro em que é estimada uma inflação de 2,8% para 2026, pelo que a proposta dos Bancos não permite (mais uma vez…) sequer compensar a perda do poder de compra face às previsões (mesmo as mais otimistas…) de inflação para o corrente ano, atenta à frágil e turbulenta conjuntura internacional, bem como o aumento exponencial dos preços de bens de primeira necessidade.

Nesta medida, o SNQTB contraditou os argumentos dos Bancos, de modo firme e fundamentado, com dados económicos e financeiros objetivos e incontestáveis, mantendo a proposta de 3,1%, a qual se mostra justa, equilibrada e necessária face ao evidente risco (senão certeza…) da subida da inflação, das taxas de juro e aumento generalizado dos preços.

A desvalorização contínua dos rendimentos dos bancários não pode continuar. O SNQTB continuará a pugnar pela atualização justa dos salários e pensões.

Lisboa, 27 de março de 2026.

SNQTB: Garantir hoje, Proteger amanhã.

A Direção

ANDRÉ CARDOSO
Diretor Nacional

PAULO GONÇALVES MARCOS
Presidente da Direção